



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

*Especial
IV Plenária Nacional de
Economia Solidária*

Êêêetcha!

JUNHO DE 2008

SOLTEC e o movimento da Economia Solidária

Por Antonio Oscar

Completado cinco anos de vida, tendo como foco de atuação apoiar e desenvolver tecnicamente projetos sociais e solidários, através de metodologia participativa, o SOLTEC/UFRJ vem contribuindo para o avanço da economia solidária. Como Núcleo que busca o desenvolvimento de Tecnologias Sociais, sua atuação tem sido determinante para incluir o tema na área tecnológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com a inclusão do tema das tecnologias sociais na graduação e pós-graduação, contribuimos para a formação dos estudantes, geramos novos conhecimentos a partir da pesquisa e disse-

minamos os conceitos da economia solidária através da extensão.

Haverá quem diga que essa é uma produção esperada de um órgão que pertence a uma universidade pública. Entretanto, ao enviar sua equipe de comunicação para documentar a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, o SOLTEC/UFRJ vai além de sua atuação cotidiana. Além do desenvolvimento dos seus “projetos”, o grupo passa também a incluir ações destinadas a consolidar o “movimento” de economia solidária.

Ao decidir publicar um número especial do ÊTCHA sobre a IV Plenária Nacional, evento que debateu os rumos a serem



Bolsa com logo da Economia Solidária, de Aracajú, Sergipe

seguidos pela economia solidária no Brasil, o SOLTEC/UFRJ reafirma sua crença de que uma outra economia é possível e que está comprometido em contribuir para que este movimento social se fortaleça cada vez mais.

ENEDS será realizado pela primeira vez fora da UFRJ

A 5ª edição do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social acontecerá, pela primeira vez, fora do Rio de Janeiro, onde foi idealizado. Este ano a Universidade de São Paulo (USP) sediará o evento, que ocorre no segundo semestre de 2008.

Acompanhe novas informações no site do SOLTEC, ou entre em contato direto com nosso Núcleo¹, que está sempre de portas abertas.

¹Nosso endereço e telefone estão disponíveis no site.



IV Plenária: delegados de todo Brasil decidem rumos da ECOSOL no país

Por Marília Gonçalves

A IV Plenária Nacional de Economia Solidária foi realizada entre os dias 26 e 30 de Março de 2008, depois de um longo processo de preparação nos estados. Para atingir o objetivo de criar um documento que regularize o funcionamento da Economia Solidária no Brasil foram realizadas diversas discussões nesses quatro dias de trabalho árduo, mas também de muita diversão.

Diversidade é a palavra-chave para entendermos o processo que se deu em Brasília. Essa diversidade se manifestou não só em discursos e idéias, mas principalmente nos espaços nos quais a cultura podia aflorar, como nas festas com “palco aberto” – onde cada um podia mostrar o que sabia tocar – ou no momento das Trocas Solidárias – processo de trocas de produtos dos empreendimentos de ECOSOL em todo o país.

A metodologia de sistematização das propostas para a construção do documento final se deu em três etapas: reunião



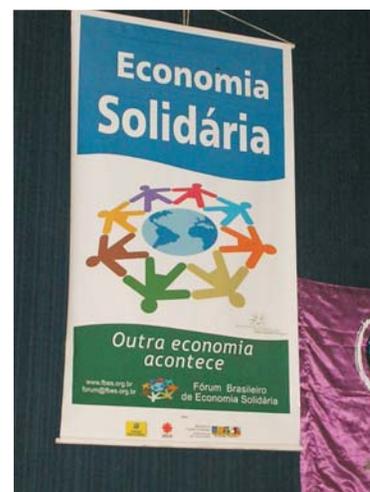
Mesa Internacional

dos grupos de trabalho, que foram divididos de acordo com as bandeiras propostas nos estados; realização de quatro mini-plenárias referentes às bandeiras principais (Produção, Comercialização e Consumo Solidários, Marco Legal, Formação e Finanças Solidárias); e, por fim, reunião na Plenária final com os resultados das sistematizações anteriores.

Além disso, diversas discussões correram paralelamente ao objetivo principal do evento. Na sexta-feira, dia 28, quatro convidados que trabalham com ECOSOL fora do Brasil discutiram sobre uma perspectiva de internacionalização do movimento. Foram Nedda Ângulo, do Ripess (Rede

Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária), Pablo Guerra, representante do Espaço Mercosur (rede de articulação de empreendimentos no Mercosul), Rosângela Alves, brasileira que representou a Universidade de Kassel (Alemanha), e Charles e Jean-François, do Chantier (organização semelhante ao FBES no Canadá). Para o uruguaio Pablo Guerra, o movimento da Economia Solidária no Brasil é um dos mais magníficos e fortes do mundo.

No sábado, penúltimo dia de Plenária, as mulheres fizeram uma bonita manifestação, subindo ao



Cartaz Economia Solidária:
outra economia acontece

palco e lendo uma carta que nos lembrava da importância feminina no movimento da Economia Solidária. Mais da metade dos delegados presentes era mulheres.

Na tarde de domingo, nos últimos momentos da Plenária, houve ferrenhas discussões devido à discordância de algumas pessoas com pontos do documento e com o comportamento da mesa que conduzia os trabalhos.

Devido a esse contratempo, quatro pontos deixaram de ser deliberados em Brasília. A Comissão declara que toda a delegação dos estados deve se reunir e concluir o trabalho iniciado na Plenária, para que esses resultados estaduais sejam finalmente deliberados na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES, que ainda não tem data marcada.

É importante lembrar,

“Sabemos que o trabalho é árduo, e que os eventos do final da plenária foram muito duros para todas e todos. Não podemos, entretanto, centrar nossa atenção apenas neste fato tendo em vista os enormes desafios que nos restam pela frente.

Agora é o momento de avaliarmos e aprendermos com a experiência: demos o melhor de nós e sabemos que cada delegada e delegado também o fizeram, tudo isso em prol da construção da Economia Solidária.

Sejamos maduras e maduros como foi a Plenária em todos os instantes: vamos construir a economia solidária, baseadas/os nos valores da solidariedade, respeito e respeitando a diversidade.

Abraços com carinho,

Comissão Organizadora da IV Plenária Nacional de Economia Solidária”

Uma das festas realizadas depois dos trabalhos da Plenária



Discussão em um dos 25 grupos formados no início da Plenária

Hora do lanche: momentos de descontração nos intervalos dos trabalhos





Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

*Especial
IV Plenária Nacional de
Economia Solidária*

Êêetcha!

JUNHO DE 2008

Produção, Comercialização e Consumo Solidários

O Nó maior da Economia Solidária

Por Sônia Braz (RJ)*

As necessidades de Políticas Públicas com Orçamento Público e Controle Social foram apontadas pela maioria dos Empreendimentos participantes da IV Plenária Nacional de Economia Solidária (25 estados do Brasil) – inclusive pela nossa rede da Zona Oeste do Rio de Janeiro – como estratégia para o desenvolvimento local, regional, municipal e etc.

Lidamos com a falta de espaços permanentes que dêem visibilidade ao nosso trabalho, como lojas para comercialização e troca de produtos, de catálogos dos empreendimentos solidários, calendários de feiras e eventos. Redes de comunicação de todos os níveis, a exemplo deste periódico, ÊTCHA Soltec/UFRJ, são importantes ferramentas que precisam ser multiplicadas para resultar no efeito tão esperado por todos nós, e tirar da invisibilidade a “Economia Solidária Que Acontece”, apesar da timidez.

Seguimos lutando pela regulação da ECOSOL, a

articulação de estratégias para sua consolidação – principalmente respeitando a agricultura familiar, os produtores rurais e urbanos, e toda gama de diversidade – e reivindicando que o Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário (SNCJS), promulgado na esfera Nacional, seja reconhecido como soberano na definição de princípios e critérios de Comércio Justo e Solidário em todo Brasil, se estendendo às esferas estaduais e municipais.

O fomento de práticas militantes de consumo consciente, estimulando sua criação e articulando as já existentes, que priorizam as compras coletivas e organizadas de produtos de ECOSOL, se mostram ações fundamentais. É necessário desenvolver campanhas de divulgação e visibilidade do movimento, dando ênfase ao “Consumo como Ato Político”, cruzando as bandeiras e ações do Marco Legal, PCCS e outras, garantindo linhas de créditos para mulheres

urbanas, desburocratizando o “PRONAF Mulher” (Programa de Apoio à Mulher na Agricultura Familiar).

As Políticas Públicas para setores produtivos urbanos e rurais precisam ser divulgados para aumentar o acesso às fontes de fomento e promoção. Essas são algumas das deliberações da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, já aprovadas, mas cabe a todos nós do estado do Rio de Janeiro aumentar nossa informação, participação e articulação para promover a Economia Solidária em nosso estado. Fazer acontecer da melhor forma possível, só depende de nós, uma vez que não podemos contar com o Poder Público. Contamos ainda com os Parceiros, os Empreendimentos e o povo da Economia Solidária, que precisam do PCCS para comprar, vender e sobreviver.

*Sônia é Delegada da Socioeconomia Solidária da Zona Oeste do Rio de Janeiro.



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

Especial
IV Plenária Nacional de
Economia Solidária

Êêêetcha!

JUNHO DE 2008

As Finanças Solidárias e o estado de Goiás

Por Fátima Paraguassú (GO)

No âmbito das Finanças Solidárias, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) ainda esta amadurecendo a idéia de se criar aqui, em Goiás, o Grupo de Trabalho (GT) de Finanças Solidárias. Diante da necessidade de mais formação e informação a este respeito, haverá aqui um seminário sobre finanças solidárias e bancos comunitários, o que também está em discussão a todo vapor por parte da Secretaria

Nacional de Economia Solidária – SENAES. É uma meta do governo federal criar no mínimo dois Bancos Comunitários em cada estado.

Meu GT é de Cultura, mas sei que é preciso uma interface entre todos os GTs – é impossível que um se saia bem sem a cumplicidade com o outro. É necessário aprofundar esta discussão, até porque um de nossos objetivos é que os Grupos Culturais sejam encarados como

Empreendimentos e não apenas entretenimento. Assim que se solidificarem as metas do Governo Federal de criar dois bancos comunitários em cada estado, ficará mais fácil aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária (FEES) chegarem aos financiamentos de iniciativas produtivas e associativas. Queremos, depois deste seminário, fundamentar a proposta das finanças solidárias.

Os Bancos Comunitários e os Fundos Rotativos Solidários

“Em 2005, declarado pela ONU como o Ano Internacional do Microcrédito, foi formado um GT Interministerial, coordenado pelo Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, para a elaboração de uma política nacional de microcrédito. Atualmente, dentro do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, a ação destina-se prioritariamente ao fomento a dois tipos de atividades de finanças solidárias: Bancos Comunitários, que são projetos de apoio a economias populares de municípios de baixo IDH, prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária. Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão e Fundos Rotativos Solidários, que são fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local”

fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

*Especial
IV Plenária Nacional de
Economia Solidária*

Êêêetcha!

JUNHO DE 2008

A Economia Solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento local em Rondônia

Por Maria Irenilda de Souza Dias¹

A proposta social de atuação num modelo econômico, cujo formato estamos chamando de economia solidária, constitui-se numa estratégia de defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais de trabalho dos seres humanos entre si e destes com o patrimônio dos recursos naturais.

Durante o longo período em que se estende o regime capitalista de produção, o pensamento do capital tem transformado tudo ou quase tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

No propósito de estabelecer o modelo capitalista nas relações pessoa, trabalho e renda, o modelo capitalista de produção tem induzido a formação do pensamento de que as formas artesanais, individuais, comunitárias, familiares e cooperativas de produção se constituem em atrasadas e ineficientes para o desenvolvimento. Evidente que o capitalismo tem feito a

leitura do desenvolvimento pela ótica apenas do crescimento econômico.

Com o decorrer de sucessivas crises econômicas e diante da incompetência do capitalismo em atender a crescente demanda por geração de ocupação e renda, a economia capitalista revela-se agora incapaz de cumprir a pretensa função a que se proponha. Nessa perspectiva, o que seria absorvido pelas formas capitalistas de produção toma proporções tão exacerbadas que passa a representar um desafio cuja superação só pode ser intentada mediante uma estratégia multidisciplinar de ação que considere as diversas vivências e experimentos humanos, compondo um projeto alternativo de desenvolvimento capaz de transcender o econômico e contemplar as diversas dimensões das necessidades para satisfação dos objetivos atuais e futuro das gerações.

As formas alternativas de trabalho, antes tidas como atrasadas e inefici-

entes ao crescimento econômico, ganham uma amplitude tal ao absorver o grande contingente de excluídos, a ponto de gerar uma grande diversidade de empreendimentos de autogestão que aparecem agora como formas alternativas à exploração do trabalho humano e suscita no país um movimento cujos envolvidos chamam de “economia solidária”.

As políticas que reconhecem o clamor dos contextos populares materializado no movimento ainda tentam desenhar a estrutura organizacional dessas ações; e embora já tenham sido definidos alguns princípios básicos que norteiam o funcionamento desses empreendimentos, trata-se de uma construção coletiva onde os próprios empreendimentos se auto definem, com maior ou menor grau de capacidade de auto-crítica para aperfeiçoamento endógeno do movimento.

Os empreendimentos se manifestam especialmente através de grupos informais, associações e



cooperativas. Pesquisadores voluntários têm identificado iniciativas de economia solidária não mapeadas oficialmente e ocorrendo na vivência de comunidades cuja cultura estabelece a prática ao longo de sua história como forma espontânea de enfrentamento às necessidades comunitárias, tendo a prática da economia solidária se constituído num modo natural de vida entre seus membros.

Em Rondônia, é comum entre os extensionistas do *serviço público de extensão rural*² – conviver com iniciativas populares de economia solidária não identificadas no mapeamento oficial. Trata-se da ação descrita anteriormente a cerca de comunidades tradicionais, localizadas em áreas indígenas, ribeirinhas e de reservas extrativistas. A inda em áreas de projetos de colonização e assentamentos de reforma agrária anteriores ao registro oficial da estratégia de economia solidária no estado, encontram-se iniciativas populares nesse sentido, em função da distância dos centros urbanos e pela história dessas comunidades em

uma caminhada exercida coletivamente desde a luta pela posse da terra e as condições em que se estabeleceram as famílias nesses assentamentos, o que significa dizer que os empreendimentos de economia solidária em Rondônia podem exceder em número de unidades e no percentual de municípios alcançados que estão apontados nos registros oficiais.

O que tem motivado a criação dessas organizações, via de regra, é o caráter empreendedor dos grupos que entendem esses empreendimentos como alternativa para geração ou complementação de renda, sendo esse fator preponderante no ambiente onde os participantes são orientados para a ação. Não se pode ignorar, no entanto, as motivações naturais em função da realidade comunitária que tem levado grupos a estabelecerem formas alternativas de enfrentamento às necessidades das pessoas em locais onde predomina a subsistência.

São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, que colocam o ser humano como sujeito

e finalidade da atividade laboral, e vão desde ações de reciprocidade entre vizinhos (grupos informais) até a ação das sociedades cooperativas. Formas que vão sendo reconstruídas no espaço e no tempo dos diferentes contextos socioculturais.

O que importa não é o formato lógico do empreendimento, mas sua fundamentação nos valores humanos como pressuposto para um desenvolvimento que possa satisfazer necessidades e desejos atuais sem negar o direito de acesso também às gerações futuras.

Rondônia, como o mundo, necessita de ações solidárias em sua essência, com observância de critérios de sustentabilidade nos projetos, de modo a garantir o usufruto dos bens e serviços produzidos em fluxo contínuo e intergeracional para as populações, com igualdade de direitos e oportunidades para todos e todas.

¹Maria Irenilda é cooperóloga da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia.

²Refere-se ao trabalho de extensionistas da EMATER, entidade de apoio, membro do Fórum Estadual de ECOSOL.



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

*Especial
IV Plenária Nacional de
Economia Solidária*

Êêêetcha!

JUNHO DE 2008

Na voz de Pablo Guerra

Por Marília Gonçalves e Jorge Ujá

A equipe de comunicação do SOLTEC/UFRJ entrevistou, em Brasília, o representante do Espaço Mercosur Solidario, doutor Pablo Guerra, do Uruguai. Pablo apresentou, na Mesa Internacional da IV Plenária, um trabalho em que focou “a pertinência que tem as tarefas internacionais para um movimento social que intenta se aprofundar num novo modelo de desenvolvimento”.

O Espaço Mercosur

Solidário é uma plataforma aberta de organizações de todos os países do Cone Sul relacionados ou interessados nos temas da ECOSOL e do Comércio Justo. Para conhecer melhor este trabalho, visite o site www.economiasolidaria-uruguay.org/ems/. Na entrevista que você acompanha a seguir, Pablo fala sobre seu trabalho, o movimento da ECOSOL em seu país e os projetos de extensão nas universidades do Uruguai.



Pablo apresentando seu trabalho na Plenária

SOLTEC: Primeiro, a gente queria pedir para você tentar descrever brevemente sua trajetória dentro do movimento da Economia Solidária.

Pablo Guerra: Eu tenho uma trajetória particular na economia solidária. Venho do campo acadêmico, universitário, ensino, da Universidade da República de Montevideo, no Uruguai. A Economia Solidária é um assunto de interesse nos mestrados de universidades estrangeiras, em várias cidades de toda parte do mundo. De forma que são investigadas, pesquisadas muitas experiências da Economia Solidária em todo mundo. Então, eu comecei nesse mundo acadêmico, observando como muitas experiências econômicas se baseiam em valores de solidariedade, de ajuda mútua, de cooperação, de reciprocidade – como estas racionalidades e instrumentos são empregados nessas experiências (esse comportamento) não pode ser interpretado a partir de matrizes convencionais da economia por não fazerem parte do setor interpretado como capitalista, nem do outro setor do Estado, então formam um terceiro setor.

Mas – e isso é o curioso na minha trajetória – estes trabalhos universitários lentamente vão dando lugar a uma militância pela economia solidária. E é assim que, nos últimos anos, tenho estado assessorando diversas experiências, promovendo diversas experiências dentro do movimento, incluindo as primeiras políticas públicas de promoção e desenvolvimento da ECOSOL no meu país (Uruguai), em um departamento



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

*Especial
IV Plenária Nacional de
Economia Solidária*

Êêêetcha!

JUNHO DE 2008

local que se chama Canelones. Essas políticas têm focado uma série de ações que visam o “empoderamento” dos setores populares; são participativas, buscam isto junto aos empreendimentos.

Agora, volto à sociedade civil novamente, com essas experiências. Fundei e está sob minha responsabilidade a coordenação da primeira tenda de lojas de Economia Solidária e Comércio Justo no Uruguai; coordenei o primeiro encontro latino-americano de tendas e lojas de ECOSOL e Comércio Justo na América Latina; estou coordenando também o conectivo mais forte da ECOSOL no Uruguai, que é o Conselho de Economia Solidária de Canelones; e tenho também promovido a articulação dos distintos conectivos de promoção da ECOSOL e as distintas experiências em Economia Solidária no meu país, em torno de uma coordenação nacional.

Além disso, estou promovendo e dirigindo as feiras internacionais de ES aqui no Uruguai. Portanto, como vocês podem ver, eu “surjo” do mundo universitário e tento organizar todas esses conhecimentos e trazê-los para a prática.

SOLTEC: Nós trabalhamos em um Núcleo de extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro que trabalha justamente com isso – integração entre teoria e prática, universidade e sociedade. Como você diagnostica esse trabalho nas universidades do seu país? O projeto de extensão lá existe? É forte?

P. Guerra: Estão surgindo essas práticas de extensão há alguns anos, na Universidade da República de Montevideú. Também temos, dentro do departamento de extensão, um setor que acompanha de perto o sofrimento das cooperativas e empreendimentos associativos. Temos uma incubadora de empresas, mas é muito recente, que se inspirou nos projetos de incubadoras de empresas realizados no Brasil. Nós temos também jornadas acadêmicas que amparam os empreendimentos de economia solidária. Todas as linhas de ações universitárias estão sendo desenvolvidas por profissionais jovens, já que a ES vêm os motivando muito. Eles vêm na ES um novo paradigma, um centro de atração, que dá esperança de mudança das estruturas sociais da atualidade.

SOLTEC: Como funciona o movimento da ECOSOL no Uruguai? É forte como aqui no Brasil? Há uma ligação entre os Estados como aqui?

P. Guerra: Eu acho que o movimento da Economia Solidária no Brasil é mais desenvolvido na América. É provável que a Colômbia e o Brasil sejam os mais fortes, mas com paradigmas muito distintos. No



Logo do *Espacio Mercosur Solidario*



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

*Especial
IV Plenária Nacional de
Economia Solidária*

Êêêetcha!

JUNHO DE 2008

Uruguai, é um movimento que está crescendo lentamente. É recente e segue mais ou menos a mesma trajetória que o Brasil, ou seja, começa em meados dos anos 90 – começa a se falar em ECOSOL em meados dos anos 90, como no Brasil (antes este termo não existia). A diferença é que no Brasil esse movimento começa a partir de organizações fortes, diferente do Uruguai, onde a ECOSOL se dá a partir de pequenas experiências associativas. Nós criamos a primeira feira de Economia Solidária em 2002, acarretando num maior desenvolvimento de uma Economia Solidária mais sistemática. Antes disso, só havia cursos e palestras, mas não o movimento que mostrava que outra economia é possível.

SOLTEC: Por que aconteceu essa diferenciação? Os movimentos no Brasil e no Uruguai começaram na mesma época e tomaram rumos diferentes. Você acha que isso se deve a um motivo cultural ou de dificuldade de incentivo, por exemplo?

P. Guerra: Uma coisa importante é constituição da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) no Brasil. Esse é um dado fundamental. Ter políticas públicas que permitam o desenvolvimento da ECOSOL é muito importante. Eu acredito que sejam processos que se dão de uma maneira ou outra em diferentes países. E creio que a variante fundamental neste caso (do Brasil) é que muitas organizações importantes no Brasil encontraram na ECOSOL um paradigma interessante para desenvolver (a Cáritas, a CUT, a Anteg, as universidades, etc). São muitos intelectuais – organizações e pessoas que permitiram um maior crescimento da idéia. No Uruguai isso está se desenvolvendo mais “devagarzinho”.

Aproveitamos para agradecer a Pablo Guerra pela disponibilidade e simpatia e parabenizá-lo por seu trabalho no (e pelo) movimento da Economia Solidária.

A Mesa Internacional nos permitiu ver os braços da ECOSOL no mundo estendidos até o Brasil, mediados por fantásticas figuras, como nosso entrevistado ou Nedda Angulo. Também nos é permitido ver, nas palavras de Pablo, a necessidade de unir esses braços, fazê-los dar as mãos, pelo fortalecimento de uma outra economia.



Pablo Guerra na Mesa
Internacional



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

*Especial
IV Plenária Nacional de
Economia Solidária*

Êêetcha!

JUNHO DE 2008

Festival de Tecnologias Sociais e Economia Solidária criará canal direto entre universidade e empreendimentos

Por Marília Gonçalves e Antonio Oscar

O SOLTEC/UFRJ promoverá nos dias 23 e 24 de outubro, o primeiro Festival de Tecnologias Sociais e Economia Solidária. O Festival tem por objetivo dar visibilidade às tecnologias que tenham como público alvo organizações que realizam projetos sociais, ser um espaço de trocas das manifestações culturais, além de criar oportunidade de comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos de economia solidária.

Seu diferencial é a participação dos movimentos sociais desde a concepção à programação, que será estruturada em três núcleos: Troca de Saberes, Trocas de Culturas e Mostra de

Produtos, Serviços e Organizações. As atividades dos três núcleos seguirão os seguintes eixos temáticos: cadeia produtiva e economia solidária, democratização dos meios de comunicação, inclusão digital, orçamento e políticas públicas, tecnologias sociais e eco-desenvolvimento.

Enquanto na Troca de Saberes a programação prevê debates, mesas redondas e painéis, o espaço das Trocas Culturais reunirá filmes, música, teatro, fotografia, pintura, dança. Em ambas as trocas estará sendo feito o intercâmbio entre as produções da universidade e as manifestações populares. Todas essas ativida-

des acontecerão num ambiente onde estarão sendo mostrados os produtos dos empreendimentos da economia solidária e as tecnologias que têm contribuído para o desenvolvimento de projetos sociais.

O Festival acontecerá no Centro de Tecnologia na Cidade Universitária, Campus do Fundão e será aberto ao público. As universidades públicas, movimentos populares, organizações não governamentais e órgãos públicos interessados em participar do Festival podem fazer contato com o SOLTEC, pelo telefone (21)25627780 ou e-mail nucleosoltec_com@yahoo.com.br.

Edição e diagramação:

Marília Gonçalves
Sandra Mayrink Veiga

Fotos:

Jorge Ujá
Marília Gonçalves

Agradecimentos especiais:

Comissão Organizadora da IV Plenária Nacional de Economia Solidária
Fátima Paraguassú
Maria Irenilda de Souza Dias
Sônia Braz
Toda a equipe do SOLTEC UFRJ